

**Subcomitê de Governança
1ª Reunião Ordinária
ATA
26.04.2018**

Ata da 1ª Reunião do Subcomitê de Governança do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, realizada no dia 26 de abril de 2018, às 15h, na Sala 301, sob a presidência do Subsecretário de Informação e Gestão Estratégica Sr. Aleksandro Hoffman, e com a participação dos seguintes membros do Comitê: Sr. Felipe Caixeta Carvalho (SECEX), Sr. Roberta Ludwig Romancini Silva e Sr. Igor Bruno Andrade Freitas (SDCI), Sr. Marcelo de Oliveira Miranda e Clóvis Luis Zimmermann (SIN), Sra. Eric Robert Gillis (SE/CZPE), Sr. Murilo Machado Chaiben (CGTI), Sr. Claudio Azevedo Costa e Sr. Germano de Oliveira Farias (AECI), Sr. Manoel Augusto Cardoso da Fonseca (GM), Sra. Fernanda Rodrigues Marciano e Sr. Marcos Lamachia Carvalho (SE), Sra. Valéria Cristina Goulart Barbosa Morato (SE/CAMEX), Petersana Lopes Pereira Dorsa (SCS), Sra. Elisa Maria da Silva Neta e Sra. Mara Bicalho Dutra. Esteve também presente como convidada: Sra. Marina Vieira Marinho (CGRL). Também participaram: Karina Romanini Messias, Roseli Teixeira Alves, Iuri Mota Cassemiro, Thiago Rodrigues, Andrea Maria Rampani.

Pauta:

- 1. Alinhamento sobre os Trabalhos do Subcomitê de Governança**
- 2. Recomendações do Comitê Interministerial de Governança (CIG)**
- 3. Proposta de Plano de Ação**
- 4. Assuntos Gerais**

Encaminhamentos:

Unidade Responsável	Providências
TODAS	Revisar as exigências constantes da Carta de Serviços e do Portal de Serviços, de modo a se certificar de que estão contempladas lá todas as exigências relativas aos serviços prestados pelo MDIC, de modo a cumprir a recomendação do CIG ao Ministério do Planejamento de elaborar normativo estabelecendo que somente sejam exigidos dos usuários de serviços públicos os requisitos explicitamente publicados no Portal de Serviços do Governo (servicos.gov.br)
TODAS	Enviar ao e-mail estrategia@mdic.gov.br propostas de ações para construção do plano de ação contemplando a política de governança do Ministério
CGTI	Encaminhar ao Subcomitê as evidências de que o levantamento ou checklist para planejamento das compras de bens e serviços de TIC abrange verificação da existência de processo centralizado gerido pelo Ministério do Planejamento relativa aos itens a serem adquiridos, para atendimento da recomendação do CIG ao MDIC de reformular os processos de compras de bens e serviços de TIC, de modo a participar dos processos centralizados geridos pelo Ministério do Planejamento.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC

CGTI	Encaminhar ao Subcomitê as evidências de cumprimento à recomendação do CIG ao MDIC de que contemple, na oferta de serviços digitais, a identidade digital de Governo, os padrões, métodos e ferramentas disponibilizada.
SIGE	Repassar informações dos trabalhos propostos e realizados pelo Ministério do Planejamento a respeito dos estudos preparatórios para a formulação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 2020/2031 e informações sobre as capacitações acerca do Guia Prático de Análise ex-ante de Avaliação de Políticas. Encaminhar e-mail com os materiais abordados na reunião.

1. Alinhamento sobre os trabalhos do Subcomitê

A 1ª Reunião Ordinária do Subcomitê de Governança se iniciou com as palavras do Subsecretário de Informação e Gestão Estratégica, Sr. Alexsandro Mairink Hoffman, que apresentou os assuntos constantes da pauta da reunião e registrou que os documentos de referência relacionados estariam no processo do SEI para consulta. O Subsecretário esclareceu que o Comitê de Governança Estratégica - CGE é constituído pela Alta Administração do órgão e que na última reunião daquele comitê abordou-se a ampliação de suas competências, em virtude da publicação de normativos e recomendações da Casa Civil e de órgãos de controle sobre o tema Governança. Como exemplo desses normativos, foram citadas as políticas de Gestão de Riscos, o Decreto de Desburocratização, as recomendações a respeito da Avaliação de Políticas e destacou-se o tema Governança (que fora incorporado como decorrência do Decreto nº 9.203, de novembro de 2017). Este decreto trouxe conceitos e definições, princípios, diretrizes e mecanismos sobre Governança bem como obrigações para a Alta Administração dos órgãos quanto ao tema. Mencionou-se também as orientações para a atuação da Auditoria Interna decorrentes do decreto e registrou-se o entendimento do Assessor Especial do Controle Interno, Sr. Claudio Azevedo Costa, de que a Auditoria Interna a que o decreto faz referência é exercida, no caso do MDIC, pela CGU. O normativo também instituiu o Comitê Interministerial de Governança – CIG e exigiu que em 180 dias todos os ministérios instituíssem seus comitês internos, um dos motivos pelos quais o presente subcomitê fora criado. O Subsecretário enfatizou, ainda, que, em cumprimento ao Decreto, em 3 de abril, foi publicada a portaria de criação do presente Subcomitê. Asseverou que a portaria não apresentou inovações, tendo apenas refletido o Decreto, sobretudo no que tange aos objetivos e competências do subcomitê. Citou também algumas disposições do mesmo Decreto e apresentou a representação dos Mecanismos e Componentes da Governança do Referencial Básico de Governança do TCU, com destaque para os 3 mecanismos de referência, que são: liderança, estratégia e controle, e seus respectivos componentes. Ressaltou que a mesma figura poderá auxiliar as áreas na identificação de propostas para o futuro Plano de Ação de Governança do Ministério.

2. Recomendações do Comitê Interministerial de Governança (CIG)

Passou-se então ao próximo ponto da pauta, que abordou as recomendações decorrentes da 1ª reunião do Comitê Interministerial de Governança – CIG. De acordo com o Subsecretário, uma das recomendações é a elaboração do Plano de Ação de Governança, a ser proposto ao CGE para validação. Na sequência, foram apontadas a recomendação do CIG ao Ministério do Planejamento de apresentar proposta e promover a centralização da gestão e operação dos processos de administração de pessoal civil do Poder Executivo Federal. Com relação a essa questão, a representante da CGEP registrou que tal iniciativa está em estágio inicial. O Subsecretário afirmou que o MP deverá entrar em contato para prestar esclarecimentos e fazer futuras articulações a respeito. Apontou também a recomendação ao MP de elaborar estudos preparatórios para a formulação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 2020/2031. A esse respeito, informou a todos a ocorrência de reunião, naquele mesmo dia, na SEPLAN/MP, na qual fora indicado que o documento deverá ser em formato mais conciso, a ser lançado proximamente, e solicitou-se aos ministérios avaliações de

indicadores por eles propostos. O Subsecretário apontou que a estratégia será abordada por meio de cinco eixos (econômico, institucional, de infraestrutura, social e ambiental) com a indicação de macrotendências para os próximos 12 anos, e como o Brasil deve se alocar em relação a essas tendências. A ideia é que este plano, de forma mais ampla, com diretrizes mais gerais, possa promover a integração entre instrumentos oficiais de planejamento, como LOA, LDO, PPA e planos setoriais. Com relação à Governança deste plano, fora instituído a princípio um grupo de trabalho no Ministério do Planejamento para coordená-lo, e tratou-se brevemente sobre alguns dos indicadores da parte econômica. Registrou-se que, oportunamente, seriam repassadas mais informações sobre o tema. Outra recomendação ao MP foi relativa ao Portal de Serviços, no sentido de que os órgãos só possam exigir do cidadão aquilo que está registrado no site. Neste sentido, o Subsecretário sugeriu como encaminhamento para a reunião que as áreas revisassem as respectivas exigências que estejam atualmente na Carta e no Portal de Serviços.

Em seguida, foram abordados as recomendações do CIG que competem ao Subcomitê de Governança. A primeira delas foi a recomendação de que se “reformule os processos de compras de bens e serviços de TIC, de modo a participar dos processos centralizados gerido pelo MP”. Segundo o representante da CGTI, trata-se de prática realizada atualmente - antes de qualquer contratação, sempre é realizado levantamento com vistas a avaliar se há qualquer normativo ou exigência de que aquela contratação seja realizada de forma centralizada. Tal levantamento seria feito no formato de Checklist. De modo a institucionalizar melhor o procedimento, o representante da CGTI se encarregou de enviar o documento registrando que o referido levantamento ou Checklist costuma ser realizado. Registrou-se também que, ao que se tem conhecimento, a única contratação de TI que está vinculada à compra centralizada até o momento seria o Taxi Gov.

Outra recomendação do CIG ao mesmo Subcomitê foi que “contemple, na oferta de serviços digitais, a identidade digital de Governo, os padrões, métodos e ferramentas disponibilizadas”, e indique o portal www.servicos.gov.br como sítio oficial para a disponibilização de informações e acessos a serviços públicos. Foi registrado que nem todos os sistemas criados anteriormente (que são majoritariamente internos) contemplam a recomendação, mas que está previsto no Contrato de Fábrica do Ministério que sistemas novos contemplem essas exigências.

Outra recomendação do CIG ao Subcomitê foi de que “promova avaliações periódicas da governança de programas de gasto orçamentário e renúncia tributária sob a responsabilidade do Ministério (formulário da Casa Civil)”. Quanto a este tema, foi registrado que em 2017 foi realizado trabalho preliminar neste sentido, com a criação de diretrizes de monitoramento e avaliação e com a 1ª avaliação de algumas políticas, e destacou a aprovação do Guia Prático de Análise ex-ante de Avaliação de Políticas, pelo CIG. Grande parte do conteúdo do documento se assemelha a informações já apresentadas anteriormente no Decreto nº 9.191/2017.

O Coordenador-Geral de Informação e Estudo Estratégicos, Sr. Thiago Rodrigues, apresentou brevemente o conteúdo do Guia. Citou que o documento busca promover uma maior padronização de modo a facilitar a priorização das políticas pelo Governo, bem como contribuir para mais efetividade das mesmas. Mencionou que este se tornará um referencial para o Governo e será lançado também futuramente o Guia Ex Post de Avaliação. Disse ainda que o Governo, por meio da ESAF, promoverá também cursos para capacitação na utilização do Guia, sendo que no momento já há cursos disponíveis de 20h semanais. O Subsecretário destacou a importância da observância do que está no Guia e ressaltou que isso já vem de certa forma sendo cobrado do Ministério, como ocorreu no caso da política de BIM. O Subsecretário também destacou que representantes da Casa Civil se disponibilizaram a vir ao MDIC para discutir o tema e, quando o evento for agendado, será informado às áreas para indicação de interessados em participar. Registrou também que será realizado um Seminário Internacional sobre o tema, nos dias 24/05 e 25/05, cuja participação ficará a critério das unidades.

Além destas recomendações, informou-se que foi publicada a regulamentação do art. 20 do Decreto nº 9.230 em evento ocorrido no dia anterior, 25 de abril. A regulamentação envolveu a publicação de Portaria nº 1.089/2018, que estabeleceu procedimentos para estruturação, execução e monitoramento

de programas de integridade. O representante da Corregedoria, Sr. Manuel Fonseca, disse, com relação ao Programa de Integridade, que, no final de 2016, a CGU constituiu o PROFIP (Programa de Fomento à Integridade Pública) que era, então, um programa de adesão voluntária. Em 2017 o MDIC fez sua adesão, mas que a partir da publicação da referida portaria, o Programa tornou-se mandatório. Disse que o MDIC terá demandas a serem cumpridas até o final de ano a esse respeito, mas que elas já estão bem encaminhadas, e disse também que em breve seria colocado em consulta a versão inicial do Código de Conduta Ética. Assinalou que seria implantado também a partir de junho a “Corregedoria Digital”, primordialmente para consultas e denúncias, e que o Plano de Integridade do Ministério deverá ser publicado até novembro de 2018. Ressaltou também o trabalho de levantamento sobre obrigações de compliance do Ministério em termos de contratos, leis, regulamentos, acordos internacionais, entre outros. Registrou que o Subcomitê de Governança será a instância de governança para aprovação do mencionado plano.

A última recomendação do CIG abordada diz respeito a “elaboração de plano contemplando a política de governança” do Ministério. O Subsecretário disse que o objetivo da 1ª reunião do Subcomitê era iniciar o processo que passaria pela elaboração e entrega de um plano com ações e iniciativas, algumas das quais já mencionadas na mesma reunião. Neste sentido, solicitou que as áreas avaliassem e identificassem (internamente ou de forma mais transversal) ações que poderiam vir a compor o plano de governança do MDIC. Mencionou ainda, como possível fonte inicial do trabalho, uma avaliação realizada pelo TCU no final de 2017, por meio de questionário, cujo diagnóstico fora lançado recentemente pelo órgão de controle. O diagnóstico encontra-se organizado em 5 eixos (liderança, estratégia, accountability, operações e resultados). Afirmou também que a equipe da SIGE está à disposição para discutir, com mais tempo e detalhes, os resultados do diagnóstico do TCU no que tange a cada área.

3. Proposta de Plano de Ação

Para fins de organização das propostas para o plano de ação de governança, ressaltou que vale considerar a estrutura de Mecanismos e Componentes da Governança do Referencial Básico de Governança do TCU, que se ampara nos pilares de Liderança, Estratégia e Controle. Apontou algumas sugestões de ações que poderiam ser incluídas no plano, como Código de Conduta Ética, Código de Compliance, Conflito de Interesses, Transparência Ativa, Intranet, Avaliação de Políticas. Mencionou a colocação feita antes da reunião por representante do Gabinete do Ministro de que seria importante aperfeiçoar no site do MDIC quanto a questões de transparência.

Com relação ao cronograma para o plano, registrou-se o compromisso abordado no CGE de que a aprovação do encaminhamento do Plano de Governança ocorra até 30 de junho, considerando que deva vir a ser apresentado de fato ao CGE na reunião seguinte do comitê, que deverá em meados de julho. Assim, solicitou que até o dia 10 de maio sejam apresentadas pelos membros propostas para o plano. O Subsecretário também disse que a SIGE está à disposição caso haja dúvidas ou interesse por parte das áreas em reuniões rápidas de esclarecimento, e pediu que mensagens fossem encaminhadas para a caixa postal institucional estrategia@mdic.gov.br. Informou por fim que a intenção seria até o dia 16 de junho apresentar ao Subcomitê uma versão preliminar do plano, para posteriores ajustes, e aprovação de encaminhamento do plano ao CGE até o dia 30 de junho.

Por fim, o Subsecretário Sr. Alex Hoffman agradeceu a presença de todos os presentes e encerrou a 1ª Reunião Ordinária do Subcomitê de Governança do MDIC.